



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LETÍCIA FIAZ ALVES DE JESUS

**ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA APÓS O PERÍODO PANDÊMICO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

LETÍCIA FIAZ ALVES DE JESUS

**ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA APÓS O PERÍODO PANDÊMICO**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Verônica A. Almeida.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

LETÍCIA FIAZ ALVES DE JESUS

**ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA APÓS O PERÍODO PANDÊMICO**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em: 04/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Eliane Costa Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	PROBLEMA DA PESQUISA	7
4	OBJETIVOS	7
4.1	GERAL	7
4.2	ESPECÍFICOS	8
5	REFERENCIAL TEÓRICO	8
5.1	EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	8
5.2	ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA	10
5.3	A PANDEMIA E A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	12
6	METODOLOGIA	13
7	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Este anteprojeto de pesquisa se insere no âmbito do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e atende ao requisito de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tem como objeto central a aprendizagem das crianças no período pós pandêmico, em uma comunidade quilombola. Partimos do pressuposto de que a aprendizagem das crianças sofreu impactos durante e pós o período da epidemia da Covid 19.

Com o avanço da contaminação pelo SARS-CoV-2, as autoridades governamentais adotaram estratégias para evitar a propagação da doença, e nesse sentido, decretaram distanciamento social para controle da proliferação do vírus. Este cenário mudou a rotina de milhares de pessoas no mundo todo, nos diversos contextos sociais dos quais fazem parte. No que se refere ao campo da educação, as instituições foram fechadas, fator este que afastou docentes e discentes do espaço escolar, causando danos incalculáveis ao processo de aprendizagem.

Posteriormente, com a chegada da vacina e a diminuição dos casos de contaminação, foi determinado um novo formato para as aulas e atividades educacionais, que passaram a ser realizadas de forma remota. Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem se tornava muitas vezes monótono e desestimulante, tendo em vista a ruptura de práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar: o brincar, a interação e cooperação entre os/as estudantes. Ações de suma importância para despertar o interesse na busca pelo conhecimento.

Na comunidade quilombola de Acupe, distrito de Santo Amaro-BA na qual resido, os/as estudantes tiveram que acompanhar o novo método de ensino. Uma dura realidade enfrentada pelas famílias e pelas crianças quilombolas, tendo em vista que a maioria dos pais são pescadores e marisqueiras, e muitos deles não foram alfabetizados. As aulas aconteciam por meio de plataformas digitais e as atividades impressas eram entregues mensalmente às famílias, pelas unidades escolares, visando assim, garantir o direito à educação dos/as estudantes. Entretanto, as condições de muitas famílias desprovidas de conhecimentos e com limitações de acesso as tecnologias, enfrentaram dificuldades para acompanharem as crianças em seus processos de alfabetização, diante da nova metodologia adotada.

No que se refere a alfabetização e aprendizagem das crianças, Luiz (2020, p. 22) sinaliza que muitos “[...] fatores podem afetar este processo no período da pandemia: internet de boa qualidade, dificuldade de acompanhamento pelas famílias, falta de recursos como computador, notebooks, tablets (dos professores e dos estudantes), e pouca ou nenhuma destreza no uso das

ferramentas digitais, etc”. Lamentavelmente, a pandemia do COVID-19 gerou impactos significativos durante e após o período pandêmico, em diversos âmbitos da sociedade, dentre eles a área da educação que não ficou imune a essas transformações, as quais incidiram especialmente sobre as dinâmicas de docentes e estudantes.

Sendo assim, a pesquisa será de suma importância para o contexto da educação quilombola, especialmente para a comunidade acupense, uma vez que poderá contribuir para reflexões no que se refere ao processo de alfabetização das crianças. Ademais, possibilitará pensar em estratégias pedagógicas que proporcionem a aquisição da leitura e escrita, considerando as especificidades educativas e culturais das crianças pertencentes a comunidades quilombolas.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse em pesquisar sobre o tema deste estudo, surgiu durante o isolamento social quando percebi a dificuldade do meu sobrinho de se concentrar e memorizar as atividades ofertadas virtualmente. Com frequência esquecia o que era ensinado durante as aulas, se dispersando com facilidade com brincadeiras e com programas televisivos. Como moradora da comunidade quilombola de Acupe, situada no município de Santo Amaro-BA, observei de perto as dificuldades de outras crianças em seus processos de aprendizagem durante o período de alfabetização.

O ensino na nossa comunidade apresenta muitas fragilidades no que se refere a qualidade, a falta de professores preparados, infraestrutura precária e a ausência de conteúdos didáticos que falem sobre a nossa história. A chegada da Covid-19 revelou ainda mais essas fragilidades, dentre elas a necessidade de um olhar mais cuidadoso no que tange ao contexto escolar de diversas crianças principalmente quilombolas.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - no âmbito do município de Santo Amaro/Bahia, revelam que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentou significativa redução no ano de 2021, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, atingindo menos de 50%, com nota de 4,3. O que revela uma preocupação e ao mesmo tempo a necessidade de investimentos no que se refere a formação docente e a revisão e adequação do currículo à realidade das/dos estudantes, com vistas a construção e desenvolvimento de práticas pedagógicas que assegurem o processo de alfabetização.

Enquanto mãe, mulher preta e remanescente quilombola, observo com preocupação

como meu filho, que ainda não ingressou na escola, poderá enfrentar desafios semelhantes aos vivenciados durante o ensino remoto. Essa experiência pessoal aliada à minha formação acadêmica, como futura estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, evidencia a relevância desta pesquisa, a qual poderá contribuir com reflexões sobre o processo de alfabetização de crianças quilombolas no período pós pandemia. Ao tempo em que buscará refletir sobre estratégias pedagógicas que promovam uma aprendizagem mais inclusiva e equitativa, considerando os contextos das/dos estudantes, suas culturas e suas histórias.

3 PROBLEMA DA PESQUISA

Como já afirmado, a pandemia da COVID-19, impôs profundas transformações no campo educacional o fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto era de suma importância, especialmente para as crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental (anos iniciais). Muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à falta de acesso a recursos tecnológicos, à ausência de acompanhamento familiar adequado e à defasagem no desenvolvimento das habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo. Com o retorno das aulas presenciais, observou-se que essas dificuldades se refletiram em desmotivação, baixo rendimento escolar e lacunas significativas na aprendizagem.

Diante desse contexto, a proposta de pesquisa pretende responder: Quais os principais impactos da pandemia no processo de aprendizagem das crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental, em uma escola situada em uma comunidade quilombola do distrito de Acupe?

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar os efeitos da pandemia no processo de aprendizagem das crianças do primeiro ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola situada em uma comunidade quilombola.

4.2 ESPECÍFICOS

- Refletir sobre o processo de aprendizagem no período da infância;
- Identificar as dificuldades apresentadas pelas crianças, decorrentes do período pandêmico;
- Compreender como tem sido desenvolvido o trabalho pedagógico para sanar as lacunas de aprendizagem apresentadas pelas crianças da Comunidade de Acupe, no período pós pandemia.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A educação quilombola assegurou o direito aos remanescentes que viviam nas terras de quilombos, sendo legitimada pela luta e resistência histórica dos povos negros e quilombolas, tomando como referência, seus valores civilizatórios afro-brasileiros e a política de pertencimento étnico, político e cultural. Para Carril (2017, p. 541), “[...] a educação brasileira, historicamente, alijou grande parcela da sociedade de um ensino público, gratuito e de qualidade, verificando-se ainda que o afrodescendente compõe, até os dias atuais, o maior número de estudantes que se evade da escolarização completa”. A escola brasileira, ao longo do seu processo histórico, esteve marcada pela exclusão dos afrodescendentes, que continuam apresentando maiores índices de evasão e menores oportunidades de acesso a educação.

Neste contexto, e caminhando na direção contrária “[...] a modalidade de educação quilombola insere-se no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, consequentemente, no sistema escolar” (Miranda, 2012, p. 374). As lutas dos movimentos negros e quilombola por reparação e superação das desigualdades sociais e educacionais impulsionou a implementação da Lei nº 10.639 de 2003, ampliada pela Lei nº 11.645 de 2008, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, nos currículos das escolas públicas e privadas da educação básica, se constituiu como um impulso para o desenvolvimento de políticas de Educação Escolar Quilombola (EEQ), garantindo um ensino diferenciado, autônomo e que dialogue com as especificidades de cada comunidade.

Entretanto, a efetivação e reconhecimento da Educação Escolar Quilombola, se deu

oficialmente em 2012, por meio da Resolução CNE/CEB nº 8 – que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na educação básica. Assim, o artigo 1º do referido documento, dispõe:

Art. 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I – organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Brasil, 2012).

A educação quilombola deve estar pautada nas relações étnico-raciais, na valorização da cultura africana e afro-brasileira, da realidade de cada comunidade e em suas culturas. Assim como nas formas de organização própria e orientações de materiais e atividades curriculares didático-pedagógicas contextualizadas, e que atendam as “[...] suas especificidades, pois o próprio território dos quilombolas já são parte do processo educativo, ou seja, os estudantes quilombolas e as pessoas que nele vivem aprendam no próprio quilombo” (Santos; Santos, 2023, p. 132). As autoras ainda afirmam que as escolas se deparam com o grande desafio de adequar os princípios às normativas existentes, as quais, nem sempre acompanham a “filosofia da quilombagem” que deve fundamentar o currículo escolar.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, determinam que o currículo para a educação básica da EEQ deve:

Art.34 O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos (Brasil, 2012, p. 34).

Considerando o que determina o documento, percebe-se que os desafios ainda são muitos, para garantir um currículo para a Educação Escolar Quilombola, no qual sejam trabalhados temas e conteúdos relacionados à cultura quilombola e afro-brasileira. Assim, de acordo com Souza (2015, p. 13). “[...] para que as escolas pensem seus currículos à luz da experiência quilombola, é necessário que conheçam suas histórias, seus conhecimentos, sua visão de mundo, sua maneira de educar e de garantir sua resistência física e cultural”. Torna-se

necessário a construção e efetivação de um currículo que possibilite as/aos estudantes dialogarem com suas origens históricas.

Na visão de Carril (2017, p. 544) “[...] há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo, e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos”. A responsabilidade de construir uma sociedade que respeite a pluralidade cultural e promova a justiça social é uma ação coletiva. É necessário que a escola deixe de ser um instrumento de dominação e se torne um espaço que atenda aos interesses das comunidades, garantindo o ensino dos direitos historicamente conquistados.

5.2 ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Segundo Ferreiro (1999), o processo de alfabetização e aprendizagem da criança é um dos pilares fundamentais da educação básica, estando diretamente relacionado à formação do sujeito crítico e participativo na sociedade. Nesse contexto, a relação professor/estudante assume um papel essencial para a construção e a consolidação de aprendizagens significativas. Uma relação baseada no respeito, no diálogo e na escuta ativa favorecendo a construção de vínculos de confiança, fundamentais para que o estudante se sinta valorizado e motivado a participar ativamente do processo educativo.

A alfabetização não ocorre de maneira isolada, mas está profundamente relacionada às interações sociais estabelecidas no ambiente escolar, como afirma Cordeiro (2017, p. 39), “[...] o trabalho pedagógico é uma atividade interacional ou relacional, isto é, ele se realiza com base e em face de um conjunto de interações pessoais entre professor e alunos”. Essa dimensão relacional possibilita que as crianças vejam a escola não só como um ambiente onde os conteúdos são transmitidos, mas também como um ambiente social e afetivo.

Do ponto de vista dos alunos, portanto, a escola possui uma dimensão afetiva e relacional que é percebida por eles, muitas vezes e em diversos momentos, como mais relevante e significativa do que aquilo que a escola formalmente se propõe a cumprir, em termos do ensino e da aprendizagem do conjunto de saberes curriculares. (Cordeiro, 2017, p. 41).

De fato, a dimensão afetiva e relacional tem lugar de destaque no processo de aprendizagem, embora o autor afirme que “As relações interpessoais aí estabelecidas serão necessariamente assimétricas, na medida em que está em jogo a autoridade pedagógica, fundada

na proximidade ou no maior contato do professor com os saberes a serem aprendidos” (Cordeiro, 2017, p. 47). Nessa mesma perspectiva, Vygotsky (1998) pontua que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais, nas quais o professor atua como mediador entre o conhecimento e o estudante, promovendo situações que estimulem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Neste sentido, no processo de alfabetização é responsabilidade do educador criar condições pedagógicas que integrem afeto e diálogo, a fim de facilitar aprendizagens significativas e o desenvolvimento de cidadãos críticos e engajados. Além de seu papel social e interacional, Coelho (2011, p. 14) sinaliza que a alfabetização possui uma dimensão profundamente cognitiva e formativa, “[...] pois ao mesmo tempo em que está próxima das práticas da vida cotidiana, estabelece um elo na passagem para o âmbito da vida não-cotidiana, pois, sem a linguagem escrita, o ingresso nesse universo é quase impossível”. O processo de alfabetização possibilita à criança, a ampliação do seu repertório de linguagem, proporcionando outros conhecimentos.

Vigotski (2009, p. 332) enfatiza que a aprendizagem da escrita “[...] desencadeia para a vida o desenvolvimento de todas as funções que ainda não amadureceram na criança”, desempenhando um papel decisivo na formação das funções psicológicas superiores. O autor prossegue, afirmando que é por meio da alfabetização que a criança passa a estruturar seus conceitos científicos, “[...] os portões através dos quais a tomada de consciência penetra no reino dos conceitos infantis” (p. 295). Assim, alfabetizar significa possibilitar à criança não apenas o domínio técnico da leitura e da escrita, mas também o acesso a novas formas de pensamento e compreensão da realidade.

No âmbito destas reflexões, cabe esclarecer que segundo Soares (2020, p. 27), alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, e neste sentido,

[...] a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente. Entretanto as ciências em que se baseiam nesses processos, evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização - aquisição da tecnologia escrita- não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento. Isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escritas (Soares, 2020, p. 27).

Embora sejam conceitualmente distintos, os conceitos de alfabetização e letramento são indissociáveis e interdependentes no contexto escolar, devendo ocorrer de forma articulada e simultânea. “[...] a criança alfabetiza-se, constrói seu conhecimento do sistema alfabético e ortográfico da língua escrita, em situações de letramento, isto é, no contexto de e por meio de

interação com material escrito real, e não artificialmente construído” (Soares, 2020, p. 100). Essa integração possibilita uma aprendizagem mais significativa da língua escrita, ao mesmo tempo que amplia a participação dos estudantes nas práticas sociais de leitura e escrita.

Desta forma, a adoção de práticas pedagógicas que promovam a alfabetização em consonância com o letramento constitui um caminho fundamental para a superação dos desafios enfrentados na etapa inicial da escolarização, garantindo às crianças o acesso efetivo, crítico e competente ao universo da cultura escrita.

5.3 A PANDEMIA E A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Diversos estudos na contemporaneidade, demonstram como a pandemia de Covid-19 atravessou drasticamente a população brasileira, em maior proporção, grupos étnicos marginalizados e subalternizados da sociedade. No que se refere às comunidades quilombolas, a negligência do Estado brasileiro diante da pandemia, e sua negação com o risco da letalidade afetaram consideravelmente esta população. Dados levantados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), apontaram 5.666 casos confirmados de Covid e 301 óbitos em territórios quilombolas.

A invisibilidade da doença em territórios quilombolas revela uma situação dramática, que não tem recebido a atenção devida das autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes. Dados da transmissão da doença em territórios quilombolas são subnotificados, pois muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e a morte ocorrem entre pessoas quilombolas. Tanto as secretarias de saúde como o próprio Ministério da Saúde têm negligenciado uma atenção específica em relação às comunidades negras (CONAQ, 2020).

Percebe-se que a desatenção das autoridades governamentais para as comunidades quilombolas, impacta diretamente no enfrentamento da doença, com consequências alarmantes decorrentes do período pandêmico. O que vem a reforçar a necessidade de políticas públicas que compreendam e trabalhem com base na realidade e nas especificidades locais e culturais quilombolas. Em relação à educação, os danos causados ao processo de ensino e aprendizagem das crianças quilombolas, ainda são percebidos de forma evidente, com dificuldades acentuadas, especialmente nas habilidades básicas de leitura e escrita.

A pesquisa desenvolvida por Carvalho (2022), intitulada *Os impactos da pandemia no ensino e na aprendizagem em uma escola municipal de Alegrete/RS*, revelou os impactos da pandemia de covid-19, no processo de aprendizagem de estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais. Os desafios encontrados foram: a falta de auxílio nas atividades pedagógicas por

parte dos pais e a ausência de comunicação da família com a escola, resultando na defasagem na aprendizagem de muitas crianças. “[...] a pandemia deixou/deixará muitas sequelas que poderão ser identificadas com o passar do tempo por toda a sociedade” (Carvalho, 2022, p. 21).

Bomfim (2023) na sua pesquisa intitulada “Os Impactos da Pandemia na Alfabetização: Uma Experiência no Programa Residência Pedagógica em São Francisco do Conde – Ba”, apresentou reflexões sobre a aprendizagem das crianças na fase de alfabetização, no período pós pandemia. Nesse sentido, evidenciou os efeitos devastadores da ineficiência estatal, ocasionando lacunas que não se limitam ao passado, reverberando-se no presente e se estendendo ao futuro. O estudo destacou os resultados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB: “[...] em 2019, 55% das crianças estavam alfabetizadas, enquanto em 2021, essa taxa diminuiu para 36%”. Dados apontaram o quanto a alfabetização no período pandêmico e pós-pandêmico afetaram esses sujeitos.

Já o estudo realizado por Souza (2023), em uma comunidade quilombola de Ilha de Maré / Bahia, apontou que a falta de recursos tecnológicos para dar seguimento às aulas durante a pandemia, implicaram danos incalculáveis para as/os estudantes; uma vez que muitas/os não conseguiram obter progressão durante e depois da pandemia.

É fato que a educação quilombola enfrenta desafios específicos no acesso à educação de qualidade, e durante a pandemia esses desafios foram intensificados, uma vez que as medidas de distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais agravaram as condições de acesso à educação. Muitas comunidades quilombolas não possuem infraestrutura adequada como acesso à internet e equipamentos tecnológicos, dificultando a participação nas atividades educacionais remotas. Em paralelo, a pandemia também acentuou as desigualdades socioeconômicas e de acesso à saúde nas comunidades quilombolas, o que, por sua vez, afetam indiretamente a educação. As populações negras e quilombolas, historicamente marginalizadas, enfrentam maiores dificuldades no acesso a recursos e oportunidades, reflexo de um processo estrutural de exclusão racial.

6 METODOLOGIA

A metodologia é fundamental para o pesquisador chegar ao seu objetivo, analisando e relatando os fenômeno(os)s investigado(os). Nesse sentido, a abordagem da pesquisa qualitativa dará suporte a este estudo, uma vez que prioriza a qualidade dos dados encontrados e não a quantidade em si, pois “[...] nos leva, a uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa,

possibilitando descrever pormenores ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto” (Oliveira, 2009, p. 115). Na perspectiva de Lüdke e André (1996), contribuem afirmando que a pesquisa qualitativa, supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente, as pessoas e a situação que está sendo investigada.

No caso específico deste estudo, o contato direto da pesquisadora será com um grupo de professoras que atuam na Escola Municipal Coronel José Antônio Torres, localizada na comunidade quilombola de Acupe, distrito do município de Santo Amaro/BA, caracterizado por forte identidade cultural afro-brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o distrito de Acupe tem mais de 7.000 mil habitantes, 06 unidades escolares públicas estão presentes na comunidade. Cabe salientar que a grande maioria da população é negra tendo como fonte de subsistência o trabalho realizado na maré, como a pesca e a mariscagem.

As participantes dessa pesquisa serão professoras atuantes no primeiro ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que vivenciaram o período de ensino remoto durante a pandemia e após este período, quando retornaram às aulas presenciais. A escolha das participantes se justifica pelo fato de estarem diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem durante e após a pandemia, possibilitando identificar as dificuldades e estratégias adotadas no contexto escolar.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada, a qual segundo Oliveira (2009, p. 38) “[...]se apresenta como uma técnica adequada para a obtenção de informações dos diversos atores envolvidos nos fenômenos educativos, fornecendo dados para a compreensão das relações entre os sujeitos e o recorte analisado”. Assim, será elaborado um roteiro previamente definido, contendo questões abertas que permitam às professoras relatar suas percepções sobre os impactos da pandemia na aprendizagem, as principais dificuldades observadas em relação às crianças, bem como as estratégias pedagógicas utilizadas no período pós-pandêmico.

A pesquisa respeitará os princípios éticos previstos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes (ou seus responsáveis legais, no caso das crianças) assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o direito ao anonimato, à privacidade e à desistência da participação a qualquer momento, sem prejuízos.

7 CRONOGRAMA

Semestre	2026.1	2026.2	2027.1
Levantamento Bibliográfico	X	X	
Seleção, leitura e análise de materiais	X	X	
Fundamentação Teórica	X	X	X
Elaboração das Técnicas de análise de dados		X	X
Coleta de dados		X	
Análise e discussão dos dados		X	X
Elaboração do Texto		X	X
Ajustes Finais			X
Entrega e apresentação do TCC			X
Entrega da versão final			X

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16, de 5 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/03 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.thm. Acesso em: 12 set.2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL, CONAQ. **Quilombos sem Covid 19**, 2020. Disponível em: <https://conaq.org.br/>. Acesso em: 06 out. 2025.

CAMARGO, Graciela Ximenes Gonçalves de. **Os impactos da pandemia no ensino e na aprendizagem em uma escola municipal de Alegrete**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul, Alegrete, RS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2273>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 539-569, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>. Acesso em: 16 set. 2025.

COELHO, Sônia Maria. A importância da alfabetização na vida humana. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação**: Formação de professores didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Cap. 1, p. 14-22. v. 10.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr. 2016. Seção 1, p. 44. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

CORDEIRO, Jaime. A relação pedagógica. In: Universidade Estadual Paulista – Prograd. **Caderno de Formação**: formação de professores didática geral. São Paulo, 2011, p. 66-79, v.9. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/583/1/01d15t04.pdf>. Acesso em 18 de nov. 2025

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE Cidades. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2025.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Inep Alfabetiza Brasil. INEP, 2023. Disponível em: <HTTPS://www.gov.br/Inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/alfabetiza-brasil>. Acesso em: 12 set. 2025.

LUIZ, Silvania. **Alfabetização na pandemia: realidades e desafios**. 2020. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19167?locale=pt_BR. Acesso em: 15 out. 2025.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio-ago. 2012. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjskgsjXqxHN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2025.

OLIVEIRA, Silvio Luis. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TQC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2009.

SANTOS, Silvia Gêssica da Conceição dos; SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. Educação Escolar Quilombola: desafiando o Ensino Regular. **Revista Em favor de Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 6, n.1, p. 121-135, jan-abr. 2023. Disponível em: p. 132.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: pode toda criança aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação Escolar Quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. Dissertação (Mestrado) / Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21077/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Shirley%20Pimentel%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 20 nov.2025

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.